

## economia e política, problematizações libertárias

natalia montebello \*

### Um pensar libertário

Era o ano de 1936. Rudolf Rocker, anarquista alemão, estava nos Estados Unidos com Milly. Os dois percorreram lugares, fronteiras ideológicas, totalitarismos que lhes eram intoleráveis. Práticas autoritárias reverberaram na fé daqueles que acreditam na fatalidade de seus lugares, de seus costumes e tradições: uma verdade que fala por eles, e que se inscreve numa história que é maior do que eles. Rudolf e Milly inventam espaços. Aos Estados Unidos chegaram, não para fugir, mas para viver; nunca para abraçar uma autoridade mais democrática, mas para inventar a vida, pensando-a libertariamente. Não se tratava de achar um lugar. O lugar é sempre uma crença coletiva, uma miragem compartilhada que persiste nos olhos que a vêem. Se o lugar e seu tempo estão no pensar, o pensar está vivo quan-

\* Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e pesquisadora no Nu-Sol.

do demole convenções e ignora conveniências, e então os espaços não têm forma, pois um aqui e agora evidencia vontades e encontros. Em 1936, Rocker publica seu *Nacionalismo e cultura*<sup>1</sup>, escrito na Alemanha, e que, como ele, não seria capturado por idéias, épocas ou geografias.

*Nacionalismo e cultura* faz de uma idéia um olhar sem contemplações sobre o pensamento: pensa-se a sociedade apenas localmente, pois leis naturais, continuidades ou qualquer “última instância” escapam às invenções de sociabilidade, as práticas de liberdade e de autoridade que contam a nossa história. Para pensar o nacionalismo e a cultura, para pensar politicamente, Rocker abre mão, antes de mais nada, do determinismo econômico, grande tentação do pensamento, para encontrar leis que expliquem a história. O determinismo não é mais do que o exercício de um saber que se pretende verdade, que necessita dos efeitos da verdade para assentar sua ordem e demarcar obediências e desvios. Rocker está interessado num pensar que deve estar atento, que deve demolir consensos e mostrar, onde há verdade e práticas autoritárias. O principal determinismo que descreve a história é o determinismo econômico.

A política, ciência da regularidade, da preservação das obediências, tem se servido deste determinismo, ou melhor, da suposta preponderância dos motivos econômicos, para preservar hierarquias e privilégios, assim como submissões e demarcações das várias formas da fé cívica, a crença irrestrita numa ordem que, ao ser legítima, se entende por justa. A forma das relações econômicas, assim como a das relações políticas, não pode responder a nenhum determinismo, a nenhuma lei da natureza na história, pois a economia e a política têm por força a vontade, e a vontade é sempre uma irrupção,

uma invenção totalmente dispensável. Se há na história alguma força que volte sempre, essa força é a vontade, a vontade de poder, diz Rucker. Não é o modo de produção que molda as formas políticas, assim como não são os interesses econômicos os que determinam as práticas de dominação. A política e a economia não se separam, a não ser por subterfúgios do pensamento, para efeitos de explicação, mergulhos em diversos marasmos das profundidades ideológicas.

Práticas de dominação transformam-se em traços do nacionalismo, ou em obediências que descrevem a cultura, quando são políticas, exercícios políticos de verdades universais, e esta política é sempre uma certa economia, uma certa religiosidade, uma sensação de transcendência que não é uma coisa ou outra, mas tudo ao mesmo tempo, pois a obediência universal só é possível se a fé na ordem preserva suas diversas produtividades, a despeito do cumprimento de promessas. Existe o governo universal, e a obediência universal, não porque ele cumpra aquilo que o justifica, o bem-estar geral, ou tampouco porque aqueles que mais se favorecem de sua existência o preservem, contra a vontade dos desfavorecidos: o governo existe porque cria os meios de seu sustento, e estes meios não são mais do que o trabalho e a fé dos que a ele se submetem. O problema da economia é um problema político, assim como a política é, também, um problema religioso. Ocupa-me aqui este ponto de vista, entre a economia e a política, como problematização da submissão ao poder centralizado.

O ponto de vista da economia como problema político prescinde do determinismo econômico como lei da história, pois desta maneira não teríamos mais do que desvendar esta lei e, novamente, obedecer, acatando seus desígnios pelas linhas desta ou daquela verdade. Pensar não é um mergulho, talvez um vôo, tanto faz, pensa-

se como se vive, quando se está vivo, como diz Artaud, com a força viva da fome. Em lugar de leis ao pensar, o prazer. A vontade investe no prazer, potencializa-se nele para se reinventar. É o prazer da dominação o que transforma a dominação em grande vontade de nossa história, ou na forma mais popular das sociabilidades que inventamos. Este prazer não se exerce segundo o cálculo das vantagens econômicas.

“O mórbido desejo de submeter milhões de seres humanos a uma determinada vontade, e de comandar impérios inteiros por caminhos que parecem convenientes aos propósitos ocultos de pequenas minorias, manifesta-se, com frequência, nos representantes típicos do capitalismo moderno, com maior clareza do que as considerações puramente econômicas e as perspectivas de maiores vantagens materiais. Não só com o desejo de amontoar cada vez maiores benefícios esgotam-se atualmente as aspirações da oligarquia capitalista. Cada um de seus representantes sabe que enorme poder dá a propriedade de grandes riquezas ao indivíduo e à casta a qual ele pertence. Esse conhecimento tem uma atração sedutora e engendra aquela consciência típica dos amos cujas conseqüências são, com frequência, mais corruptoras que o próprio fato do monopolismo. Essa atitude espiritual do *grand seigneur* moderno, da grande indústria ou das altas finanças, é o fator que repele toda oposição e não tolera junto a si indivíduos com iguais direitos”<sup>2</sup>.

No anarquismo, a problematização da liberdade percorre práticas e espaços que são, em uníssono, políticos e econômicos. Assim como a liberdade não é uma questão de grau, não é, também, de departamentos. A liberdade não é política ou econômica, pois o governo não é um mal necessário ou um assunto para determinados casos. O governo sobre todos é, sempre, intolerável, e dá

no mesmo se ele se exerce segundo o princípio do intervencionismo irrestrito ou apenas sobre a ordem civil, como mero observador da ordem econômica. Mesmo porque a história, com maior eloquência do que as divagações teóricas, já mostrou que o Estado tem sempre um tamanho, que se mede pelo consentimento de seus cidadãos, e tem sempre uma função, que é tanto política como econômica, que é a de se preservar. A discussão a respeito das funções do Estado, se políticas, econômicas ou ambas, é, para o anarquismo, uma discussão a respeito da distribuição de privilégios, nunca uma discussão sobre a liberdade. A liberdade está no pensar quando se abandonam as medidas e os lugares certos. A liberdade política não se separa da liberdade econômica, e nisto os anarquismos são claros: não se trata de dois aspectos distantes ou anacrônicos entre si. Enfim, a economia está entre as problematizações políticas como unidade analítica pela qual é possível radicalizar a crítica às práticas que preservam e projetam o exercício, consentido, da autoridade sobre todos.

### **Política e economia**

A guerra abre caminho, passando dos campos de batalha, das trincheiras e linhas de frente, para o confronto em áreas urbanas, diante de alvos civis, até chegar à guerra sem campo, sem áreas nem tempos, sem povo-alvo. A guerra segue, hoje, os ditames do catecismo terrorista: não há alvo, pois todos o são, não há estratégia, pois a surpresa é o elemento chave, não há tempo de paz, pois a ameaça é constante. Ao Estado não cabe mais ditar a disposição de seus exércitos, a menos que estes pretendam estar em todo lugar, a qualquer momento.

Exércitos não mais resguardam fronteiras nacionais porque estas, salvo conhecidos casos anacrônicos, não mais interessam. Hoje, muito mais evidente do que antes, o poder se exerce de qualquer lugar. Entretanto, a fórmula do Estado moderno é o resguardo da ordem interna e a garantia da integridade nacional diante das ameaças externas. O Estado existe para nos proteger dos outros, compatriotas ou não. Nem o maior arsenal pode, a todo momento, proteger seus cidadãos de ataques externos. E não é necessário arsenal nenhum para se tornar uma ameaça ao Estado. Mesmo assim, na guerra, ou no conflito sempre iminente com o exterior, radica uma importante produtividade do Estado. O Estado combate o perigo que ele mesmo cria, e recria, como abnegado protetor dos inimigos que existem e estão por vir.

Para seus cidadãos o Estado reserva outra grande produtividade, já que o perigo, e talvez o maior perigo, é o que surge entre suas fronteiras. Indivíduos perigosos são a grande produtividade do Estado, pois este, seu criador, é o mesmo que os trata, os mata, os instrui, os regenera. E da mesma maneira que com a ameaça externa, o Estado não nos garante a ordem interna. Em suma, se a política deu ao Estado o monopólio da força física e da violência não é pelo exercício desta força e desta violência que ele persiste, mas pelo grande privilégio, o monopólio.

O poder centralizador persiste, não porque ele cumpra ou possa cumprir sua função política, a proteção dos súditos. Persiste porque seu monopólio, como qualquer monopólio, é infinitamente produtivo. Mas a forma política da centralização, o Estado nacional moderno, não é determinada pelo modo e produção existente, o capitalismo, já que não se trata de resguardar privilégios econômicos, ou de cálculos de perdas e ganhos, mas de pro-

longar a ineficácia política em produtividades que escapam à última instância e são, simultaneamente, políticas e econômicas. O mesmo sistema capitalista que ergue o Estado nacional é aquele que, hoje, ignora suas fronteiras e reinventa espaços, não para subverter a ordem do Estado, mas para, junto a ela, permitir novas produtividades. Nomes são adjacências: não interessa o sistema capitalista, interessa a produção. Ganha-se e perde-se, tanto faz, o que importa é não parar, já que a submissão, a obediência cordial, precisa de continuidade.

Assim, da mesma maneira, a fábrica, a vila industrial, o regime da produção capitalista, abre-se caminho, superando a localização das fileiras de máquinas, dos espaços perfeitamente organizados, das classes sociais e seus conflitos, para a superprodutividade que prescinde de tempos e de espaços, assim como de classes trabalhadoras e corpos ativos. Os grandes conglomerados econômicos dispensam a espacialidade tradicional do Estado, os horários de produção e lazer, a organização sindical, e elevam-se num não-tempo que é sempre um agora em qualquer lugar. Aqui também não é apenas a produtividade, mas a produtividade constante, a continuidade, que interessam, pois se produz em nome do bem-estar geral, da satisfação de necessidades, mas não são estas as variáveis que importam; importa o sistema, o qual cabe ao Estado, o privilégio do monopólio.

Bastante óbvio: o Estado deve evitar que os perigosos, indivíduos, grupos ou outros Estados, nos privem de nossa liberdade civil ou nos matem, e, portanto, cabe a ele o monopólio de fazê-lo; assim como deve evitar, também, que a nossa liberdade econômica seja limitada ou anulada por outros, cabendo legitimamente a ele o poder do monopólio econômico. Não por acaso a grande

chancela intelectual do moderno e benevolente Estado contemporâneo da democracia universal será o liberalismo que, no século XX, chamou o Estado para reconstruir o mundo pós Segunda Guerra, inventando pressupostos macroeconômicos como necessidade de governo na liberdade econômica. A livre iniciativa deixou de ser a base da perfectibilidade social para ceder espaço, em moldes liberais, à política econômica que deve administrar os ciclos de crescimento e recessão próprios ao sistema, agora não mais perfectível mas caótico. A equação liberal, que apostava na liberdade econômica como medida da ação política do Estado, teve de recorrer à desmesura do poder político para limitar a liberdade econômica.

Logo, tanto a política quanto a economia modernas instauraram a medida, o lugar e o momento exatos, como primeira condição da ordem centralizadora que hierarquicamente deveria localizar cada um em seu próprio destino. O controle dos números, para o Estado, significa, modernamente, o controle — ou a encenação do controle, tanto faz — da obediência e da produtividade. Mas os arquivos e as disposições oficiais parecem ter perdido o compasso, já que lugares não mais são visíveis segundo demarcações. Se o moderno Estado nacional perdeu seu campo de batalha e sua fábrica, isto não é seu destino, mas sua força, que não mais podemos encontrar entre suas fronteiras e departamentos, mas que nos envolve por um olhar à distância, via satélite, que está muito mais próximo, porque se exerce de qualquer lugar e a qualquer momento.

Até o século XX, lutava-se contra um inimigo, lutava-se contra uma cultura, uma religião, uma ideologia ou uma classe social e seus privilégios. Lutava-se para ocupar um lugar. Foi esta luta que deu ao Estado, sua razão de ser. Nunca devemos esquecer que toda autori-



dade apenas se consolida quando é capaz de criar os problemas que deve resolver. Se, na política, o Estado teve a tarefa de democratizar o mundo, no século XX teve, na economia, a tarefa de humanizar a produção, regando a direitos trabalhistas os privilégios da propriedade privada, outra de suas invenções. Apagaram-se sob gloriosas concessões as mais dramáticas práticas da dominação econômica, mas, com o mesmo gesto, o Estado tornou-se o único agente da ordem macro-econômica. À Segunda Guerra sucedeu a reconstrução política e econômica do mundo, pela fórmula da universalização, que reescreve as diferenças como pluralidade, a nova produtividade do Estado.

### **Determinismo econômico**

Sabemos o quanto já se disse — e ainda se insiste em dizer — a respeito da preponderância dos motivos econômicos sobre a história ou sobre o presente das sociedades — de todas, não importa onde ou quando. Ouvimos, ainda, seguras afirmações de futuros, como cálculos infalíveis baseados em variáveis econômicas. Em raras ocasiões, entretanto, encontramos dissonâncias, ou melhor, invenções nesta música de fundo do pensamento. As ocasiões são raras, mas interessam aos ouvidos ainda não adormecidos. Para falar sobre elas, gostaria, antes, de me deter nestas primeiras considerações.

O tema da preponderância das motivações econômicas se repete, invade o ar e parece deslizar-se, comodamente, entre aqueles que escutam. Mais ainda: foi com louvor que o determinismo econômico deu ao pensar sobre as sociedades aquele ar de ciência exata que, burocraticamente falando, sempre lhe caiu tão bem. Encontraremos principalmente no século XIX o cenário

onde serão ovacionadas, pela primeira vez, as grandes divas destas ciências, repetindo, segundo esta ou aquela grande verdade, as diversas formas do determinismo econômico. Darão o tom, justamente pela última instância da economia, da moderna maneira de aliar ao poder político o sistema econômico.

No XIX, dois grandes pensamentos, o marxismo e o liberalismo, debatem-se entre a política e a economia para encontrar combinações, fórmulas, que orientem as sociedades num único caminho que ambas teorias juram existir. É como se a consagração do sistema capitalista, a industrialização, tivesse dado, não só às relações, mas também ao pensamento, o ritmo das engrenagens, a ordem, o enfileiramento, das máquinas, o espaço da produção. E nisto não há nada de surpreendente, se consideramos que, tanto para o liberalismo como para o marxismo, trata-se, *em última instância*, de reformar, de manter a forma, não necessariamente do sistema econômico — não é aqui que está o grande problema —, mas da velha e boa forma de sociabilidade baseada num centro de poder político, hierárquico e absoluto. Qual é, então, o tom?

Vejamos os caminhos. Para o liberalismo, as sociedades evoluíram de formas tribais, selvagens, de produção para a forma capitalista de produção, o sistema mais perfeito, já que nele, segundo certas condições políticas, é possível o princípio do mais forte, uma seleção natural que resguarda as diferenças econômicas na lei do mais apto a gerar lucro. Pela preservação do direito da propriedade privada, cabe ao Estado, mesmo que teoricamente mínimo, o resguardo desta e da vida, ou da produtividade, de seus cidadãos<sup>3</sup>.

Desde suas primeiras encenações até hoje, o liberalismo concentra-se na discussão do grau, da intensida-

de, da ação do Estado. O caminho a seguir é a preservação do princípio da liberdade econômica, da livre iniciativa, sob tutela, é claro, do Estado e seus privilégios. Para o marxismo, as sociedades evoluíram, igualmente, de formas tribais, selvagens de produção para a forma capitalista de produção, que não é o sistema mais perfeito, já que consagra as diferenças de classes, o que significa que ainda resta um novo movimento da história, um confronto de classes, que deverá resultar na anulação desta diferença pela abolição da propriedade privada dos meios de produção. Neste processo, o sabemos muito bem, cabe ao Estado — do proletariado? — comandar a última transição, para o totalitarismo comunista, este sim o sistema mais perfeito. Trata-se da igualdade econômica, segundo a livre iniciativa do Estado, ou do partido, ou da elite pensante...

Malgrado a ausência de detalhes e considerações importantes a que estas poucas linhas, por serem poucas, me levam, observemos os efeitos destas teorias. O liberalismo não só não reduziu o âmbito do Estado, mas tem servido como grande base teórica da ininterrupta reformulação e prolongamento deste, atualizando como parâmetros democráticos grandes dominações universais. Já o caminho marxista guarda valiosos troféus na história que certificam a velha e certa afirmação da crítica radical: por meios autoritários alcançam-se resultados autoritários. Em suma, não são as relações econômicas, mas os delírios políticos os que têm determinado uma grande continuidade sobre a qual se inscreve a história: a vontade de poder.

Entre o imperador, o rei, o presidente, o congresso, o parlamento ou o partido não há evolução: o trono está sempre ocupado. Assim como também não há evolução entre o modo de produção de subsistência e o modo de produção capitalista, ou comunista, sempre que, do tro-

no, se ditem os privilégios. Mas não há evolução, não só porque alguma forma de centralismo nunca é preferível a outra, mas, antes de mais nada, porque traçar uma certa evolução onde há vida não é mais do que tentar apagar a vida com verdades.

### **Crítica radical**

O XIX é, também, o lugar de dissonâncias que até hoje incomodam. Destoam, por vontade de afirmação, criativamente, das questões de grau e dos caminhos certos. Diversas problematizações anarquistas têm em comum a urgência de pensar a economia como lugar privilegiado de relações livres, sempre que destituídas das intermediações dos idealismos políticos. Para os anarquismos, o problema do Estado nunca foi um problema de grau ou de transição. Deste ponto de vista, eles acionam uma reinvenção da política que é, ao unísono, uma demolição, de suas instituições e seus diversos catecismos, e uma afirmação de vida e pensares políticos, justamente porque afirmativos.

Nos anarquismos não há concessões para a política, que realiza a mágica de dar a alguns a voz de muitos. Desta forma, se o agir em nome de todos é sempre o exercício da autoridade sobre todos — e não importa se a ação é adornada pela benevolência sobre todos ou apenas apresentada como vontade do Senhor —, não se trata de administrar a ação do Estado, mas de inventar relações sem ele. Demolindo esta política, as relações econômicas são urgências que o pensar interessado deve resolver, não segundo este ou aquele princípio distributivo geral, sobre este ou aquele princípio de justiça geral, sobre esta ou aquela ideologia geral, mas sobre esta e aquelas condições específicas, dissonantes, surpreendentes. Daí que o federalismo, a descentrali-

zação política e econômica, seja, de diversas maneiras, a grande interrupção, a grande interrogação, que os anarquismos desenham livremente, ignorando a linha reta e contínua da autoridade dos nossos vários senhores.

Como pensar afirmativo, o anarquismo não se interessa por determinismos. Determinar é sempre exercer uma autoridade universal e irrestrita, e não há diferença entre o pensamento e a vida — a menos que o pensamento invista em aniquilá-la. Claro que ao abrir mão dos determinismos ou das grandes leis das ciências, o anarquismo investe num pensar que requer, sempre, ser inventado; e sua vida, sua força, a força de sua crítica e de sua afirmação está justamente em prescindir do amparo de qualquer música de fundo.

Novamente, não havia um caminho traçado entre o modo de produção de subsistência e a produção de excedente econômico na forma capitalista, assim como não há um cálculo de vantagens econômicas que orienta, *em última instância*, os acontecimentos que supostamente movem a história. Nisto os anarquismos, como pensares insuportáveis, apresentam-se como a única crítica radical diante do moderno consenso da necessidade da centralização política como duplo perfeito das relações econômicas.

### **Rocker e algumas sinalizações do século XX**

Há uma vontade que se inscreve no percurso da nossa história como força que, em boa medida, o desenha: a vontade de poder. Talvez seja o prazer da dominação o que mais nos mova, o que melhor descreva a paisagem dos nossos tempos — os que passaram e os que ainda inventaremos. Move-nos, a vontade de poder ou o prazer da dominação, como por um encantamento que é muito

mais forte que aquele que podemos derivar de motivos puramente econômicos.

A história, diz Rucker, move-se muito mais segundo a vontade de poder do que segundo o cálculo de vantagens econômicas. Ver na história uma sequência de determinismos econômicos não é mais do que solapar uma história de violências, de dominações que, longe de responderem a qualquer lei, apenas expressam escolhas, vontades, percursos que respondem a presentes, que não se inscrevem em paisagens inevitáveis.

Também em 1936 aparecerá a *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*<sup>4</sup>, de John Keynes. Aqui encontraremos as primeiras grandes linhas da macroeconomia, ou a visão do sistema econômico que consagrará o papel do Estado como grande regulador de seus ciclos. Para Keynes, o Estado precisa conhecer, reinventar suas cifras, prever e orientar, como uma série de cálculos<sup>5</sup> entre os quais o sistema capitalista é capaz de gerar crescimento, sempre que todos sejam devidamente remunerados. O Estado deverá manter o fluxo das trocas do sistema capitalista em constante movimento e, de preferência, expansão. Criam-se, assim, as instituições que oferecem as cifras oficiais, apresentando os indicadores da política econômica a ser implementada a todo momento, tanto dentro das fronteiras nacionais, como no novo espaço das relações econômicas: o fluxo.

Rucker destruirá a noção do determinismo econômico na história, enquanto que Keynes determinará que a história econômica se expressa pela competência do Estado em administrar as caóticas relações capitalistas. Em 1936, também, transbordam, na Espanha, práticas libertárias que interrompem tanto a continuidade política do Estado como a continuidade econômica do modo de produção capitalista. A Guerra Civil Espanhola mos-

trou aos submissos olhos do planeta que a insurreição política, longe de estar necessariamente acompanhada da paralisação econômica, ou de tornar a economia função dos conflitos políticos, permite, quando afirmativa, a reinvenção das relações econômicas segundo necessidades locais — prescindindo, diga-se de passagem, de leis econômicas.

Keynes será uma chave crucial da reconstrução do mundo na segunda metade do século XX, a Guerra Civil Espanhola permanece como afirmação de liberdades políticas e econômicas, silenciada pela escolha, deste mundo — perfeitamente coerente à sua reconstrução — pelo totalitarismo como “problema preferível” a ser equacionado, e Rocker ainda nos diz que uma crítica radical à política só é demolidora e afirmativa quando subverte todos os privilégios, políticos e econômicos.

Invenções libertárias de sociabilidade são problemas de difícil equacionamento por qualquer ordem centralizadora. Não serão afirmações macroeconômicas, que preservam e prolongam a fé no Estado, as que conversarão com as várias irrupções de liberdade no marasmo dos determinismos. O coletivismo, o cooperativismo, o federalismo descentralizado, a autogestão, enfim, desenhos anarquistas de espaços sem delimitações, nunca serão equacionados. Ao investir em invenções, o anarquismo não é pluralista, mas insuportavelmente surpreendente.

O anarquismo, diz Rocker em *Anarcosindicalismo*<sup>6</sup>, “(...) é uma corrente intelectual bem definida na vida de nosso tempo, cujos partidários investem na abolição dos monopólios econômicos e de todas as instituições coercitivas, tanto políticas quanto sociais, dentro da sociedade. Em lugar da atual ordem econômica capitalista, os anarquistas desejam o livre estabelecimento de uma

livre associação de todas as forças produtivas, fundada no trabalho cooperativo, cujo único impulso seja a satisfação das necessidades de cada membro da sociedade, descartando no futuro todo interesse especial das minorias privilegiadas na unidade social. Em lugar das atuais organizações do Estado, com seu inerte mecanismo de instituições políticas e burocráticas, os anarquistas querem que seja organizada uma federação de comunidades livres, que se unam umas às outras por interesses sociais e econômicos comuns e que solucionem todos os seus assuntos por mútuo acordo e livre contrato”<sup>7</sup>.

### Notas

<sup>1</sup> Rudolf Rocker. *Nacionalismo y cultura*. Buenos Aires, Americalee, s/d.

<sup>2</sup> Idem, p. 32.

<sup>3</sup> Observemos, entretanto, que, para o Estado, uma vida produtiva, economicamente ativa, ou potencialmente produtiva, não tem valor algum, a não ser como resultado estatístico. De outra forma, o quanto vale, ou produz, uma vida vã? Não digo, é claro, que encontremos respostas em nossos bons e justos textos oficiais, mas certamente as encontraremos em todas as instituições, instâncias e práticas que do Estado reverberam e que repetem seu princípio de ordem e progresso — do sistema jurídico e penal à tal da opinião pública, da escola à família, passando por qualquer instituição de observação e controle, ou seja, por qualquer reclusão, entre quatro paredes ou a céu aberto. A moral do Estado é eloqüente.

<sup>4</sup> John Maynard Keynes. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

<sup>5</sup> No seu conto *Tigres azuis*, Borges nos lembra, ao narrar a história de pedras que subvertem as matemáticas, que foram as pedras gregas que legaram à humanidade, como primeiros algarismos, a palavra “cálculo”. O cálculo, aqui, é a pedra. Cf. Jorge Luis Borges. *La memoria de Shakespeare*. Madrid, Alianza Editorial, 1997.

<sup>6</sup> Rudolf Rocker. *Anarcosindicalismo: teoría y práctica*. Barcelona, Ediciones Picazo, 1978.

<sup>7</sup> Idem, p. 5.





verve

Economia e política, problematizações libertárias

RESUMO

*Do ponto de vista libertário, a economia e a política são problematizadas investindo em afirmações que prescindem de centralizações e determinismos. A atualização do Estado capitalista no século XX é interrogada com pertinência pela crítica anarquista de Rudolf Rocker.*

*Palavras-chave: Estado, anarquismo, Rudolf Rocker.*

ABSTRACT

*From a libertarian perspective, economy and politics are discussed in such way as to avoid centralization and determinisms. The revision of the capitalist state in the 20<sup>th</sup> century is appropriately questioned by the anarchist criticism of Rudolf Rocker.*

*Keywords: state, anarchism, Rudolf Rocker.*

*Recebido para publicação em 17 de agosto de 2003*

